

Processo de extinção da Valec começa em março, diz ministro

Por Daniel Rittner e Rafael Bitencourt | De Brasília



Freitas, da Infraestrutura, descarta a abertura de um plano de demissões voluntárias para empregados da companhia.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes Freitas, já bateu o martelo e promete não voltar atrás: a estatal de ferrovias Valec vai mesmo fechar as portas. Sua diretoria será destituída e um liquidante será nomeado para tocar o processo de extinção da empresa. Cerca de 800 empregados terão seus vínculos trabalhistas rescindidos. Ações judiciais migrarão para o escopo da Advocacia-Geral da União (AGU), contratos ainda vigentes com empreiteiras e prestadores de serviços passarão para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e a participação acionária de 41% no capital da Ferrovia Transnordestina será transferida ao Tesouro Nacional.

Com a liquidação da Valec, o

ministro prevê uma economia anual em torno de R\$ 500 milhões, que é o gasto de custeio da empresa. Ele descarta a abertura de um plano de demissões voluntárias para seus empregados, que devem resistir. "Não há sequer como realocá-los em outro lugar, por causa da incompatibilidade de regimes jurídicos", disse Freitas ao Valor. Questionado sobre números que têm sido difundidos por funcionários da Valec para justificar sua continuidade, rebate: "Tinham que ter demonstrado isso ao longo da existência da empresa. Agora não adianta".

O pontapé inicial para a extinção da estatal será dado na próxima reunião do conselho de ministros do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), na primeira quinzena de março, sob comando do próprio presidente Jair Bolsonaro. Além da entrada da Valec no Plano Nacional de Desestatização (PND), primeiro passo legal para que ela desapareça, o Ministério da Infraestrutura vai pedir aval para novas concessões de rodovias federais e de portos.

Freitas pretende obter sinal verde do PPI ao leilão de quatro terminais portuários em Itaqui (MA) e ao início de estudos para a relicitação do terminal do grupo Libra em Santos, um dos maiores do país na movimentação de contêineres, que foi objeto de arbitragem com resultado favorável à Companhia

Docas do Estado de São Paulo (Codesp). O contrato da Libra em Santos expira em 2020.

Na área de rodovias, o ministro levará ao conselho do PPI um redesenho das relicitações de contratos que vencem em 2021 - as ligações Rio-São Paulo (hoje Nova Dutra), Rio-Teresópolis (CRT) e Rio-Juiz de Fora (Concer).

O governo do ex-presidente Michel Temer decidiu não renovar essas concessões. A Empresa de Planejamento e Logística (EPL) foi acionada, junto com um braço do Banco Mundial, para tocar os estudos da relicitação. Eles estão praticamente concluídos e agora cabe aprovar a continuidade do processo: audiências públicas, envio da documentação técnica ao Tribunal de Contas da União (TCU) e preparativos dos leilões.

No novo contrato, a rodovia Presidente Dutra será agregada à Rio-Santos, conforme foi pedido pelo governador de São Paulo, João Doria (PSDB). O Arco Metropolitano do Rio, uma das grandes obras públicas do famigerado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), será privatizado e ficará no mesmo pacote da BR-116 hoje nas mãos da CRT.

Esse contrato ganharia ainda parte de outro trecho da BR-116, que vai de Governador Valadares a Além





Paraíba, na divisa de Minas Gerais com o Rio. É um trecho que já foi objeto de estudos para concessão em outras ocasiões e nunca conseguiu ser viabilizado.

O principal anúncio do PPI, no entanto, deve ficar por conta do início do processo de extinção da Valec. Pretende-se nomear um liquidante forte, para "não sabonetear" com o processo, e começar rapidamente a elaboração do inventário da estatal. O desenvolvimento de estudos de engenharia, como um possível prolongamento da Ferrovia Norte-Sul, poderá ser feito pelo Dnit. Antecipando-se à crítica de que a autarquia não dispõe de quadros tão especializados como os da Valec, Freitas observa: "Fica mais barato contratar uma boa consultoria externa para subsidiar essas ações do que manter a empresa".

O ministro também quer dar por encerrados os processos de extinção da Companhia Docas do Maranhão (Codomar) e da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), que se prolongam há vários governos. A liquidação final da RFFSA deve ocorrer no primeiro semestre e liberar para venda imóveis com alto valor de mercado, como um edifício da antiga empresa na Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro. "Vou passar os imóveis para o Salim [Mattar] vender", diz Freitas,

referindo-se ao secretário especial de Desestatização e Desinvestimento. "E ele vai ficar feliz da vida."

Para agilizar o processo da Valec, o governo se valerá do decreto presidencial 9.589, que foi editado em novembro do ano passado e promete mais rapidez nos trâmites. Uma das principais mudanças definidas do decreto é que a responsabilidade pela liquidação de estatais passa do ministério setorial para a secretaria de Mattar, no Ministério da Economia, em tese menos suscetível aos interesses da máquina pública para frear os procedimentos.

O decreto prevê também que o liquidante da companhia pode ganhar remuneração fixa (70%) e outra variável (30%), que seria desembolsada apenas em caso do cumprimento de etapas e prazos para a liquidação, funcionando como um incentivo aos trabalhos. Quando uma companhia está em extinção, além do liquidante, somente o conselho fiscal continua existindo para monitorar seus trabalhos. As ações judiciais e extrajudiciais migram do âmbito do liquidante para a AGU. Dessa forma, a perspectiva é que a existência de passivos na Justiça deixe de ser um impeditivo para a dissolução da estatal.

Passivo trabalhista com fim de estatal pode ir a R\$ 70 milhões

Por Carla Araújo | De Brasília

A associação dos empregados da Valec contesta as afirmações do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes Freitas, e diz que o gasto de custeio da empresa, em 2018, foi de R\$ 283 milhões e não de 500 milhões. "Foram realizados dois PDVs [programas de demissão voluntária] em 2018 - para empregados da Rede Ferroviária Federal e do GEIPOT, dos quais a Valec é sucessora trabalhista", disse em nota ao Valor.

A associação diz ainda que a abertura de um plano de demissões voluntárias para seus empregados foi assunto em uma reunião com representantes dos empregados da Valec em janeiro deste ano. Segundo a nota, o ministro Tarcísio Freitas teria dito na ocasião que, caso fosse aprovada a proposta de fechar a empresa, "seria apresentado um plano de PDV e estudada a contratação de uma empresa especializada para estudar a realocação dos empregados".

Conforme estudos da área jurídica da empresa e obtidos pelo Valor, as demissões dos empregados efetivos e concursados, decorrentes de eventual processo de liquidação, podem custar R\$ 70 milhões. A lei

prevê que devem ser feitos pagamentos em dinheiro, não podendo utilizar precatórios, no prazo de dez dias, sob pena de multa de um salário por empregado.

Os cálculos levam em conta o saldo de salário, aviso prévio, 13º salário proporcional, férias vencidas ou proporcionais (acrescidas de 1/3 constitucional) e multa de 40% sobre o saldo do FGTS.

Atualmente, a Valec já administra um passivo de ações trabalhistas da União, relativo às extintas RFFSA e Fepasa, que hoje corresponde a ações com valor total aproximado de R\$ 140 milhões, o que com a extinção da estatal chegaria a um passivo trabalhista de R\$ 210 milhões, sem levar em conta os cerca de 3 mil funcionários de empresas contratadas que, ao perderem o emprego, têm a alternativa de optar por ações nas quais a Valec poderia figurar como responsável subsidiário.

Na avaliação de funcionários da estatal, o mercado logístico de transportes sofreria com insegurança jurídica no caso do fim da empresa, como no contrato de subconcessão da Ferrovia Norte-Sul, que está vigente.

Os estudos feitos por técnicos

estimam ainda um alto prejuízo referente às desapropriações. Com a extinção da Valec, as ações de desapropriação em curso (mais de mil) seriam extintas, pois o decreto de utilidade pública que as fundamenta foi emitido no nome da Valec e não há previsão legal de alteração. Assim, com a eventual liquidação da empresa, teriam que ser expedidos novos decretos, o que só poderia ocorrer após um ano contado da extinção dos processos sem julgamento de mérito.

Além disso, com a quebra dos contratos, empresas contratadas podem ter direito ao pagamento do que já executaram, à devolução da garantia e ao pagamento de desmobilização (incluindo demissão de contratados de empresas terceirizadas). Isso representaria um saldo contratual de cerca de R\$ 4,2 bilhões, entre contratos de investimento e de custeio.

Procurada, a assessoria de imprensa da Valec respondeu ao Valor que "na eventualidade de extinção da empresa, a Valec precisaria esperar o formato definido pelo Ministério da Infraestrutura para, então, calcular seu passivo e avaliar as possíveis questões judiciais decorrentes dessa eventual extinção".

SEGURANÇA PÚBLICA »

Ibaneis dá aumento para a Polícia Civil



O governo entregou ontem 109 veículos descaracterizados: investimento de R\$ 6,5 milhões

Delegados aceitam oferta de reajuste de 37% e a consequente equiparação salarial com a Polícia Federal. Plano do GDF é pagar o percentual em seis parcelas, até 2021. Hoje, agentes apreciam, em assembleia, proposta do Executivo local

» AUGUSTO FERNANDES
» CÉZAR FEITOZA
Especiais para o Correio

Promessa de campanha do governador Ibaneis Rocha (MDB), a paridade da Polícia Civil com a Polícia Federal está perto de sair do papel. Ontem, o chefe do Palácio do Buriti apresentou a proposta de

pagar os 37% de reajuste salarial reivindicados pelos servidores da corporação até 2021. A ideia é dividir o percentual em seis parcelas — duas a cada ano. Os pagamentos serão feitos sempre em abril e setembro. As tabelas com os índices detalhados foram enviados a sindicatos da Polícia Civil. Ontem, os delegados aceitaram a oferta, que será debatida por outras categorias da corporação.

Em caso de confirmação, o GDF encaminhará o pedido ao governo federal, pois a correção precisa da aprovação do Congresso Nacional. Ibaneis estima impacto financeiro anual de R\$ 645 milhões, a partir de 2021. “A proposta era ampla, mas

conseguimos encontrar uma maneira que não criasse problemas com o Congresso Nacional. Estamos em negociação com o Ministério do Planejamento para demonstrar que essas parcelas cabem dentro do nosso orçamento e que não precisaremos de nenhum acréscimo do Fundo Constitucional ou de outra ordem”, afirmou o governador, no anúncio da paridade.

Após reuniões com entidades da corporação e estudos feitos em conjunto com a Secretaria de Fazenda, Orçamento e Gestão, Ibaneis definiu um esquema de pagamento específico para cada um dos três anos. O projeto do governo é: 10% do valor neste ano — o que deve custar cerca de R\$ 100 milhões aos cofres públicos —; 13% em 2020; e os 14% restantes em 2021. Com a paridade, um delegado no último nível da carreira passará a ter um salário de aproximadamente R\$ 30 mil, por exemplo.

Apesar do cronograma de pagamentos definido, o chefe do Buriti garantiu que antecipará qualquer uma das parcelas, caso haja um incremento na arrecadação. Além disso, se a Polícia Federal receber outro aumento salarial nos próximos anos, as mesmas condições serão aplicadas à Polícia Civil, afirmou o governador. “A segurança pública do DF é uma das prioridades do nosso governo. Vivemos um novo momento com a Polícia Civil: de valorização





da classe. Esse é um ajuste digno, principalmente porque estamos há muitos anos sem ter qualquer avanço nas remunerações das carreiras”, comentou o emedebista.

Reação

O diretor-geral da Polícia Civil do DF, Robson Cândido, disse que a proposta do governo é satisfatória. “Ao tomar conhecimento das contas do Executivo, a categoria entendeu a necessidade de adaptar a demanda dos policiais à realidade econômica do DF. Chegamos a um bom resultado”, pontuou.

Em assembleia realizada ontem, o Sindicato dos Delegados da Polícia Civil do DF (Sindep) decidiu aprovar a proposição apresentada pelo governador Ibaneis Rocha. Dos 100 servidores presentes, apenas dois se declararam contrários. “Decidimos aceitar a proposta do governador. Como ainda não recebemos uma tabela oficial com as parcelas, pretendemos pleitear a participação na discussão dos percentuais anuais. Entrei em contato com o secretário de Fazenda para conversarmos sobre isso”, destacou o presidente do Sindep, Rafael Sampaio.

Ainda na reunião, os delegados deram um aceno ao governo, aprovando uma manifestação de apoio à gestão de Ibaneis. “Temos

tratado sobre a reabertura das delegacias, sobre o pagamento dos voluntários e a respeito das licenças-prêmio e entendemos que o governo quer, sim, dialogar e solucionar as nossas demandas”, disse Rafael.

Apesar de feliz com a garantia da correção, o presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do DF (Sinpol-DF), Rodrigo Franco, lembrou que a chancela depende de assembleia. “É claro que a categoria anseia pela paridade, pois está muito endividada, mas ainda temos que submeter a proposta à votação. Tudo depende dos policiais. Está nas mãos deles”, opinou. Hoje, às 14h, o Sinpol reunirá os servidores da categoria em frente ao Complexo da Polícia Civil para decidir se aceita ou não a oferta de recomposição salarial.

Novidades

Ibaneis ainda entregou 109 veículos descaracterizados à corporação ontem, que serão distribuídos entre as 31 delegacias circunscricionais (das regiões administrativas) e as 17 especializadas. Os carros substituirão 10% da frota com mais de cinco anos de uso. Foram investidos R\$ 6,5 milhões em veículos, sendo nove adquiridos por meio de um convênio com a Secretaria Nacional de Segurança Pública e 100, com recursos do Fundo Constitucional.

O governador também anunciou a reabertura de duas delegacias que funcionarão 24h: a 29ª (Riacho Fundo I) e a 31ª (Vicente Pires). “A polícia não se faz só com homens e delegacias, mas com equipamentos. Queremos garantir boa remuneração, excelentes condições de trabalho e saúde de qualidade. Se eu conseguir fazer isso ao longo dos quatro anos de governo, prestarei grande serviço à sociedade do DF e a cada um de vocês”, frisou Ibaneis, diante de policiais.

Proposição para PMs e bombeiros

A proposta de reajuste salarial à Polícia Civil deixou o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar na esperança de também receberem a paridade. O governador Ibaneis Rocha afirmou que divulgará uma oferta às corporações até o fim da semana. Segundo ele, o último empecilho para finalizar um novo acordo é a extinção do auxílio-moradia concedido em 2014 pelo então chefe do Buriti, Agnelo Queiroz (PT). “A negociação da PM e dos bombeiros está avançada. Pretendo fechá-la até sexta-feira e apresentá-la às forças de segurança para que todos possam trabalhar em harmonia”, destacou Ibaneis.





Memória

Negociações emperradas

A paridade de reajustes da Polícia Civil com a PF não é prevista em lei, mas, historicamente, é concedida pelo GDF. Em 2014, na época da campanha, o então candidato Rodrigo Rollemberg (PSB) prometeu seguir o padrão de reajuste, mas, ao assumir o Buriti, suspendeu o aumento de 37% por falta de recursos. Rollemberg fez propostas alternativas, como parcelar o reajuste em quatro anos, com término em 2020, mas a Polícia Civil rejeitou todas as sugestões.

Impacto financeiro

2019
R\$ 100 milhões

2020
R\$ 213 milhões

2021
R\$ 332 milhões

Concurso oferecerá 1,8 mil vagas

» Mariana Fernandes

O governador Ibaneis Rocha também anunciou a abertura de concurso público para a Polícia Civil. De acordo com ele, o edital deve ser divulgado em abril para a contratação de 1,5 mil agentes e 300 escrivães. No final de janeiro, a corporação informou ao Correio que está preparando o novo certame, o salário inicial dos cargos é de R\$ 8.698,78.

De acordo com dados do Portal da transparência do DF, há atualmente 4.368 postos vagos na Polícia Civil: agente de polícia de custódia (356), agente de polícia (2977), escrivão (615), papiloscopista (113), perito médico legista (80) e perito criminal (227).

Essa defasagem pode ser constatada pelo longo período sem qualquer processo seletivo. O último concurso da PCDF para o cargo de agente de polícia ocorreu em 2013. Foram ofertadas 300 vagas e cadastro reserva de até 600. O salário era de R\$ 7.890,05. O Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe/UnB) foi a banca organizadora. Para o cargo de escrivão, o último certame foi

também realizado em 2013. Na ocasião, foram ofertadas 98 vagas para o cargo e formação de cadastro reserva para 196 vagas. Nos dois concursos, foram nomeados todos os aprovados, à exceção dos candidatos aprovados em condição sub judice sem determinação judicial para nomeação.

As provas foram objetivas e discursivas, com questões de língua portuguesa, noções de informática, raciocínio lógico, atualidades, noções de direito constitucional, administrativo, penal, processual penal, legislação específica e penal extravagante. Além de teste de capacidade física, avaliação psicológica, sindicância de vida pregressa, investigação social, avaliação de títulos e curso de formação profissional.

Em 2015, houve concurso com 417 vagas distribuídas em cargos de delegado, papiloscopista e perito médico-legista. A Fundação Universa coordenou a banca organizadora. Também em 2015, a PCDF abriu 100 vagas para perito criminal de terceira classe. O Instituto Americano de Desenvolvimento (Iades) foi a banca organizadora responsável pela aplicação das sete fases da seleção. O salário foi de R\$ 16.830,85, para 40 horas de trabalho semanal.